



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

2ª Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu 06/02/2021, às 09h30min, através do sistema zoom, e transmissão pela TV Assembleia e pelas mídias sociais. Presentes nessa audiência os Deputados que integram a Frente Parlamentar, Dep Arilson Chiorato (Presidente da Frente Parlamentar), Dep Luiz Claudio Romanelli (1º Secretário da Assembleia), Dep. Coronel Lee, Deputado Delegado Recalcatti, Dep Nelson Luersen, Dep Soldado Fruet, Dep Subtenente Everton, Dep Evandro Araújo, Delegado Francisco (vice-prefeito de Foz do Iguaçu), Presidente Faisal Ismail, Nei Patrício (representando os vereadores de Foz do Iguaçu), Danilo Vendrusculo, Dr. Luiz Miguel de Matos(Presidente da Subseção da OAB), Dr. Luiz Marcelo (Promotor), Odair (representando Deputado Federal Diego Garcia), Robson (HOCEPAR), Prefeito de Matelândia, João Arthur (FIEP), Renato Camargo (Presidente SINDCOM), Evandro (Prefeito de Medianeira), Dimas Braganholo, Rodinei, Edna Rubi, Nei Rafagnin, Licério Silva(vereador de Foz do Iguaçu), Rogério Quadros (vereador de Foz do Iguaçu), Cabo Cassol(vereador de Foz do Iguaçu), Ana Campo (vereadora de Foz do Iguaçu), Vice-Prefeito Evandro Mees (município de Medianeira), Delci Berta Alessio(vereadora de Medianeira), Douglas Gerviack(vereador de Medianeira), Lucy Andreola(vereadora de Medianeira), Joselito Muniz dos Santos (vereador de Medianeira), Elias (vereador de Santa Terezinha de Itaipu, Coronel, Camila(Fundo Iguaçu), Rodrigo Gheller (SINDIFOZ), Evandro Gheller (Sindicato Rural), Flávio Back (FETAEP), Raul (Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste), Paulo (Secretaria de Turismo), João Luiz (assessor da vereadora Yasmin Hachem), Júlio Cezar de Oliveira (Sindehotéis), Yuri Benites (COMTUR), Alceu Filho, Vicente Veríssimo, Galhardo (vereador de Foz do Iguaçu), João Pereira dos Santos, Jocelino Feltrin, Gilberto, Mário



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

(FACIAP). Ainda, acompanha online o Deputado Alexandre Amaro, Deputado Delegado Jacovós, Deputado Gilson de Souza, Deputado Márcio Pacheco, Deputado Federal Schivianato, Deputado Federal Boca Aberta, Deputado Boca Aberta Júnior, Andrea Santos (vereadora de Matelândia), Amilton Seriguelli (Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos), Vereadora Mara Boca Aberta (município de Londrina), Rainer, Sr. Irineu (Cooperativa Lar), Cateve (emissora do município de Cascavel), Geovani, Neco Argenta, Leonel Brizola. A mediação será feita pelo Dep. Arilson Chiorato. Falaram: **Deputado Arilson Chiorato**, disse que é a segunda audiência externa promovida pela frente parlamentar Frente supartidária O objeto é que hoje, além de discutir a proposta do governo federal é também apresentar a percepção desse deputados em contraponto a esse modelo elencado. **Deputado Luiz Cláudio Romanelli**: O modelo atual tem 2505 km de rodovias estaduais e federais que formam o chamado anel de integração. Na época, o Jaime Lerner foi a televisão pegou aquele mapinha e com as canetinhas coloridas desenhou uma coisa fantástica, pegava a rodovia BR-277 e até às cataratas do lado da duplicação da rodovia. O Estado fez a concorrência, o modelo foi de concessão onerosa, Em 1997, o Estado adota esse modelo de concessão onerosa, onde tem uma tarifa pré-fixado, tarifa falta, com um programa de obras. A concessão onerosa é taxa de outorga que na época a concessão onerosa era justamente a manutenção, na época além dos 2.400 km que era original, era manutenção de 3 mil km de rodovias vicinais que davam acesso as rodovias principais. As 26 empresas fizeram um conluio e reduziu de 3 mil para de 309 km de conservação de estradas. Essa foi a primeira grande golpe que teve na questão do pedágio paranaense. Desvirtuaram completamente já o modelo no procedimento licitatório, com essa redução significativa conservação de estradas. A partir de 1998, porque 24 dias após o início da cobrança do pedágio, com preço caro, processo



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

eleitoral, ex governador Lerner, ele baixa um decreto unilateralmente e reduz em 50% o valor da tarifa. Esse é o marco que muda história do pedágio de uma forma definitiva. Acontece um desequilíbrio contratual, com centenas de questionamentos judiciais. Em 2 meses concessionárias obtêm na Justiça Federal, desobrigação de executar obras, deixam de ter obrigação de fazer, desapropriações, extinção obrigação de fazer contornos e transferem aplicação mais para frente. Em 2012, o TCU concluiu uma existência desequilíbrio financeiro em favor dos usuários inclusive nesse trecho da Rodovia das Cataratas é um dos mais escandalosos, essa tarifa até hoje, está com 30% a mais no valor que ela deveria estar originalmente está, além de mais de 300 milhões que já foram efetivamente cobrados a mais pela concessionária. Em 2020, A AGEPAR constata que a Ecocataratas e Ecovia receberam por obras e duplicações de pistas que não foram realizadas. que é recebido por obras de duplicação de pistas que não foram realizadas. O Paraná tem das maiores tarifas, por exemplo, a praça do município de Jataizinho. São obras suprimidas, adiadas, e que não vão ser realizadas, inclusive aquelas obras do acordo de leniência. As obras inacabadas, no lote 03, o acordo de leniência prevê o trevo das cataratas, está com 5% da obra sendo difícil ficar pronto em novembro. Mas, o Trevo Charrua e viaduto Costa e Silva(Foz do Iguaçu) zero. Implantação de terceiras faixas trechos da BR-277, previsto zero. A BR-277, principal artéria rodoviária do Paraná, é um carreador. O novo modelo que é 2505 km o governo federal, no início do governo, em 2019, ele comunicou o Governo do Estado que queria de volta as rodovias Federais e queria fazer a licitação por Brasília. O governo do estado, fez apenas uma licitação. Começaram estudando, um lote uma licitação com 4180, depois reduziu para 3800 e agora se firmaram 3327 km. Então, de 2505 para 3327, são 830 km a mais. Sendo 2164 km de rodovias federais e 1163 km de rodovias estaduais, concorrência governo federal e estão defendendo o modelo híbrido, taxa de outorga- concessão onerosa). A proposta são 15 novas praças de pedágio, 5 do Noroeste, 3 Norte Pioneiro, 2 no Oeste 2 no



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

Sudoeste, 2 no Norte e 01 nos Campos Gerais. Grandes desafios para quem é economista, empresário e gosta de números. O Ministério da Infraestrutura, durante esses 30 anos em valor presente, essas concessões vão gerar uma receita de 156 bilhões. Desse total investido em rodovia, são esse CAPEX (42 bilhões), ou seja, apenas 27% de tudo que for arrecadado vai ser efetivamente investido em rodovia. O OPEX(34 bilhões) é a parte operacional, cobrança e atuação da concessionária e depois a parte de tributo. Também porque o governo federal e os municípios, mas o governo federal ganha quase 30 bilhões de reais só com os tributos, além dele não gastar, vai ter lucro com a concessão, um lucro significativo. Ele mostrou os preço para as tarifas de pedágio iniciais que o governo federal está apresentando. São os novos pedágios, na região é a criação deste pedágio, entre Guaíra e Toledo, na região oeste, mais esse entre Toledo e Cascavel. Na Br-280 tem duas novas praças de pedágio, além das atuais praças de pedágio que tem na BR-277 . Esses são os preços iniciais, tem as equações de desconto de 15% e aquelas equações do tag que governo traz. Na média, redução em relação às atuais tarifas é de 15% a 25% em relação às atuais tarifas de pedágio. um desconto em relação às vigentes, de veículos comerciais, de passeio tem um desconto maior, mas a economia ela roda é nessa tarifa aqui, que a tarifa 70% dos veículos, são veículos comerciais, que são fez pela receita do pedágio no setor produtivo. Ele acha que o de hoje não é parâmetro para analisar, é degrau tarifário, reajuste indevido. O modelo híbrido, hoje o governo federal ele tem feito em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, em todos os estados, um modelo que é padrão, um contrato onde é feita a licitação e a empresa que oferece o maior desconto que leva a concessão. O governo federal, o atual ministro, ele decidiu que isso não serve, não tem garantia de obras, que a tarifa tem que ter um preço mais elevado e que tem que ter uma taxa de outorga. A taxa de outorga é um novo tributo a ser pago por nós paranaenses, porque os catarinenses, gaúcho não pagam esse tributo lá eles tiveram descontos grandes, tem a CCR, por exemplo, para pegar o trecho de Palhoça até divisa



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

com Rio Grande do Sul 62% desconto. O governo quer limitar em 15% de desconto, quem que vai ganhar a licitação, quem oferece mais dinheiro de taxa de outorga a ser pago ao Tesouro Federal. Na prática, ele acha que a taxa de outorga será simbólica, na verdade, só vai servir para manter a tarifa mais elevada. A alegação do governo se a tarifa fica muito baixa, empresa não consegue fazer um investimento. Ou tem um contrato com cláusulas resolutivas, efetivas ou não consegue de fato realizar a obra. Os impactos do modelo híbrido, na prática, é deixar as tarifas mais elevadas e uma redução no desconto de tarifa. Outro risco do modelo híbrido, fizeram uma proposta de criar um degrau tarifário em rodovia com pista simples que vai ser duplicada. Os pedágios vão subir 40% assim que duplicar a pista. Então, será um despropósito esse degrau pelo menos nesse percentual, pode até se discutir tecnicamente seria 25% ,se for adotado esse critério, que não é do subsídio cruzado, porque o certo é fazer pelo subsídio cruzado. Para concluir, quer o menor preço mais obras e no menor tempo. Não quer tirar nenhuma obra, quer todas as obras. Mas que prevaleça a economia de mercado. Falaram ainda todas os seguintes participantes e Autoridades: Faisal (Presidente da ACIFI). Danilo (vice-presidente da ACIFI) Deputado Soldado Fruet. Ney Patrício (Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu). Deputado Evandro Araújo. Delegado Francisco (vice-prefeito de Foz do Iguaçu). Deputado Delegado Recalcatti. Dr. Luis Miguel Barudi de Matos (Presidente da Comissão do Direito do Consumidor da OAB, subseção de Foz do Iguaçu). Deputado Coronel Lee. Flávio Back (coordenador da FETAEP, representante dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Estado). Deputado Subtenente Everton. Rainer Zielasko (Presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento). Deputado Nelson Luersen. Irineo da Costa Rodrigues (Diretor Presidente Lar Cooperativa Agroindustrial). Deputado Gilson de Souza. Deputado Federal Schiavinato. Yuri Benitez (Presidente do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR). Deputado Márcio Pacheco. Gilberto dos Santos. Celino Fertrin (Conselho Nacional da Laicato do Brasil). Neuso Rafagnin (Presidente do



Audiência Pública sobre os Pedágios em Foz do Iguaçu

Ata 2ª Audiência Pública – 06/02/2021

Sindihotéis do município de Foz do Iguaçu). Deputado Delegado Jacovós. Marcelo Arruda (representando o Sindicato dos Servidores Municipais). Deputado Evandro Araújo. Deputado Romanelli. Viva o Paraná e contra esse modelo abusivo de pedágio insano. Declarou-se encerrada a Audiência Pública, tendo sido respeitadas as regras estabelecidas/recomendadas pelos organismos de saúde para o enfrentamento do contágio e disseminação do coronavírus SARS-CoV-2. Assim se lavrou a Ata, que segue assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar sobre o Pedágio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Estadual Arilson Chiorato